

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.288 - RS (2019/0136612-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : JOSE CARLOS RIBEIRO DA ROCHA  
**ADVOGADOS** : FERNANDO DA SILVA CALVETE - RS043031  
LUCIANA BEZERRA DE ALMEIDA BITTENCOURT - RS049955  
RAFAEL MARIATH BASSUINO - RS076305  
DANIELI CRISTINA BONI - RS100426  
**EMBARGADO** : FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA  
RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
**ADVOGADOS** : MATIAS FLACH - RS045066  
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração (fls. 342-344) opostos por JOSÉ CARLOS RIBEIRO DA ROCHA em face da decisão monocrática (fls. 338-340) que deu provimento ao recurso especial a fim de reconhecer a alegada violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, anulando o acórdão de fls. 268-279, determinando-se o retorno dos autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para promover novo julgamento dos embargos de declaração (fls. 249-254).

Em suas razões, a embargante afirma, em síntese, que "*(...) o recurso foi interposto com base em divergência jurisprudencial sem a indicação dos dispositivos infraconstitucionais cuja interpretação teria gerado a divergência, encontrando óbice na Súmula 284 do STF (...)*". (fl. 342)

Ressalta, ainda, que "*(...) é claro que não há ataque aos fundamentos da decisão recorrida. Isso porque o recurso funda-se em ausência de fundamentação da decisão recorrida (1.022 do CPC), mas, ao mesmo tempo, suscita divergência jurisprudencial por ter a Corte recorrida entendido ser inviável a pronúncia da prescrição em sede de Embargos de Declaração, ou seja, reconhece que houve julgamento do mérito e não o não-enfrentamento de suas razões (...)*". (fl. 342).

Impugnação apresentada às fls. 347-351.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se

pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

É de bom alvitre ressaltar que o art. 1.023, da novel codificação processual, exige que conste na petição de embargos declaratórios a "indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão", sem a qual, repita-se, torna inviável o acolhimento da pretensão recursal.

Os presentes embargos declaratórios, contudo, não se fundamentam na eventual existência dos vícios acima mencionados, sustentando que o recurso especial interposto pela embargada, com base na divergência jurisprudencial, não indicou os dispositivos infraconstitucionais que teriam gerado a divergência, o que faria incidir o óbice da Súmula 284/STF.

Entretanto, conforme se verifica das razões recursais (fls. 283-299) e da decisão embargada (fls. 342-344), houve alegação de violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem não reconheceu a possibilidade de arguição da prescrição (matéria de ordem pública) em sede de embargos de declaração, o que, de fato, contraria a jurisprudência desta Corte, nos termos da jurisprudência colacionada na decisão embargada.

Desse modo, revela-se nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

***"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS.***

***1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 535, incisos***

*I e II, do CPC/73 ou 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado.*

*2. Dada a natureza dos aclaratórios, esses não podem ser utilizados como instrumento para a rediscussão do julgado.*

(...)

*4. Embargos de declaração rejeitados."*

(EDcl no AgInt no AREsp 1083820/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.*

*1. Os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver na decisão obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.*

(...)

*3. Embargos de declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do § 2º do art. 1.026 do CPC/2015."*

(EDcl nos EDcl no AgInt no REsp 1320651/PB, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 10/09/2018 - grifou-se)

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator